

que irão atuar no Curso de Habilitação ao Quadro de Oficiais Auxiliares e Especialistas - CH-QOA/QOE, realizado pela Academia de Polícia Militar D. João VI (APM), através do Programa Banco de Talentos, conforme relação abaixo:

NOME COMPLETO	CPF	ID FUNCIONAL
JADSON MORAES MEDEIROS	778.713.322-87	5089164-2
RICARDO SALDANHA VIANA DOS SANTOS	077.678.347-51	2486652-0
ANDRESSA BAPTISTA MIRANDA	141.707.137-02	5005362-0
VANESSA DA COSTA NEVES VIANA	086.776.367-14	4375487-0
ELAINE XAVIER DE OLIVEIRA ALVES DE LIMA	047.677.627-90	4183580-8
MARCIA ROCHA FRANCELINO LOPES	009.208.177-00	5008156-0

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021
ROGÉRIO FIGUEREDO DE LACERDA
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2321241

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO
DE 02/06/2021

PROCESSO Nº SEI-350046/003282/2021 - AUTORIZO a CB PM RG 92.053 CATHARINA GURGEL RIBEIRO a afastar-se de suas funções para participar de curso de formação na Academia de Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, no período de 31 de maio a 30 de setembro de 2021, tendo a policial militar optado por receber remuneração do cargo que ocupa e do qual solicita afastamento.

Id: 2321095

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO
DE 01.06.2021

***TRANSFERE** para da Reserva Remunerada da Polícia Militar, ex ofício, com a remuneração a que faz jus, a CEL PM MÉD RG 60.689 **MYRIAM BROITMAN SANTOS BARROS**, com fulcro no § 2º do artigo 1º, da Lei nº 5.919/11, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-350090/000657/2021.

*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 07.06.2021.

Id: 2321260

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 07.06.2021

PROCESSO Nº SEI-150001/004198/2021 - AUTORIZO a disposição do servidor CB PM RG 102.447 PM THIAGO MAIA SIQUEIRA, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a fim de exercer suas funções no Gabinete do Deputado Marcos Abrahão, com ônus para o órgão cessionário, por período de 02 anos, nos termos do Decreto 47/2018.

PROCESSO Nº SEI-150001/005939/2021 - AUTORIZO a disposição do servidor CB PM RG 100.271 DANIEL PRADO DE OLIVEIRA MARI-NHO, da Secretaria de Estado de Polícia Militar para a Secretaria de Estado de Governo, a fim de exercer suas funções na Operação Segurança Presente, por período de 02 anos, nos termos do Decreto 47/2018.

Id: 2321096

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 07.06.2021

PROCESSO Nº SEI-350074/003131/2021 - AUTORIZO a disposição do MAJOR PM RG 80.940 GABRIEL MARINHO DE TOLEDO, da Secre-taria de Estado de Polícia Militar para a Prefeitura Municipal de Niterói, com ônus para o órgão cessionário, por período de 02 anos, nos ter-mos do Decreto nº 47/2018.

Id: 2321093

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA SEPM Nº 07 DE 07 DE MAIO DE 2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SAN-
CIONATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O ORDENADOR DE DESPESAS, ALEXANDRE ASSUMPÇÃO SALVADOR - CORONEL PM - Id Funcional 2151815-7, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, §1º da Lei 287/1979 e o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, e

CONSIDERANDO:

- o descrito no Relatório de Auditoria nº 43/2019 referente ao Contrato nº 25/2014 firmado entre a PMERJ e CNS, noticiando divergência entre o índice de produtividade do encarregado adotado para o cálculo do custo mensal do contrato 1 encarregado para 30 servidores, e a produtividade efetivamente praticada no contrato 1 encarregado para aproximadamente 42 (quarenta e dois) servidores, incidindo, portanto, nas cláusulas IV, alínea A do Contrato, bem como aos itens nº 5.1 e 5.2 do Anexo A e nº 4.2.3, do Anexo I, ambos do Edital, além do descumprimento da Instrução Normativa nº 002/2008, do MPOG, Anexo III-F. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 1.063.511,18 (um milhão sessenta e três mil quinhentos e onze reais e dezoito centavos) a Contratante.

- o descrito no Relatório de Auditoria nº 43/2019 referente ao Contrato nº 25/2014 firmado entre a PMERJ e CNS, noticiando que a contratada incluiu os custos de materiais de limpeza na composição do preço dos custos do encarregado, em desacordo com o Caderno de Logística do MPOG 92014) que impede esta prática pois o custo já foi inserido na formação de preço do servente, incidindo, portanto, nas cláusulas IV, alínea A do Contrato. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 320.544,00 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quarenta e quatro reais) ao ano para a Contratante.

- o descrito no Relatório de Auditoria nº 43/2019 referente ao Contrato nº 25/2014 firmado entre a PMERJ e CNS, noticiando divergência entre o índice de produtividade do encarregado adotado para o cálculo do custo mensal do contrato, e a produtividade efetivamente praticada no contrato. Enquanto a contratada adotou, para cálculo do valor do m2 a relação de 1 encarregado para 30 servidores a empresa informou a equipe de auditores a proporção média entre servidores e encarregados perfazia a média 1/14,7, incidindo, portanto, nas cláusulas IV, alínea A do Contrato, bem como aos itens nº 5.1 e 5.2 do Anexo A e nº 4.2.3, do Anexo I, ambos do Edital, além do descumprimento da Instrução Normativa nº 002/2008, do MPOG, Anexo III-F. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 1.063.511,18 (um milhão sessenta e três mil quinhentos e onze reais e dezoito centavos) a Contratante.

- o descrito no Relatório de Auditoria nº 43/2019 referente ao Contrato nº 25/2014 firmado entre a PMERJ e CNS, noticiando que a Contratada utilizou um percentual de custos indiretos acima das referências nacionais. Enquanto o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) adotou o percentual de custos indiretos. Esse percentual foi estabelecido com base à metodologia adotada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), em estudos desenvolvidos nos anos de 2014/15. Esse é o percentual adotado por diversos órgãos inclusive o TCE/RJ. Ainda assim a CNS utilizou o percentual de 9% com gastos indiretos enquanto que em contrato com a secretaria de estado de fazenda do RJ teria utilizado o percentual de 5% para custos indiretos. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 606.605,70 (seiscentos e seis mil e seiscentos e cinco reais e setenta centavos) ao ano a Contratante.

- o descrito no Relatório de Auditoria nº 43/2019 referente ao Contrato nº 25/2014 firmado entre a PMERJ e CNS, noticiando divergência na planilha de formação do custo em relação ao benefício - vale-transporte e os valores efetivamente recebidos pelos funcionários vinculados ao Contrato nº 025/2014. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 240.633,13 (duzentos e quarenta mil e seiscentos e trinta e três reais e treze centavos) ao ano a Contratante.

- o descrito no Relatório de Auditoria nº 43/2019 referente ao Contrato nº 25/2014 firmado entre a PMERJ e CNS, noticiando que nas seguintes unidades: APM D. João VI e CFAP 31 Vol. a quantidade de servidores alocadas e efetivamente trabalhando correspondiam 22 (vinte e dois) e 34 (trinta e quatro) enquanto que a previsão contratual era de 28 (vinte e oito) e 38 (trinta e oito) servidores, respectivamente, infringindo, portanto, o previsto no item 5 e subitens do 1.15 e 1.18, todos do Anexo I, Termo de Referência referente Pregão Eletrônico nº 102/2013, Contrato nº 25/2014. Fato este que, em tese, ensejou no prejuízo de R\$ 552.240,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta reais) ao ano a Contratante.

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 7º da lei nº 10.520/2002; art. 82, §1º da Lei 287/1979; art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito a ampla defesa e ao contraditório, para apurar ocorrência prima facie de inexecução de Contrato Administrativo, perpetradas pela empresa CNS - Nacional de Serviços Ltda., situada na Rua Lino Teixeira, nº 91, Jacaré - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.970-001 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05

Art. 2º - Substitui a Major PM RG 63.420, Id. Func. 24096814 Erika Fabiana de Alcantara M. de Carvalho, da DLP, pelo Major PM RG 77.343, Id Func. 24494666 Derossi Fortunato de Souza conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções correlatas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, conforme a modalidade, escolhida pela contratada nos moldes dos incisos I, II e II do art. 56 da lei 8.666.

Art. 6º - Com fulcro nos art. 34 e 48, VIII da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a Contratada, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do processo administrativo nº E-35/079/14/2020 estão disponíveis para consulta processual através do endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br/sei/#, o suporte para acesso ao sistema SEI é realizado na Diretoria Geral de Apoio Logístico, situada no endereço da Rua Evaristo da Veiga nº 78, térreo, Centro do Rio de Janeiro, CEP 20031-040, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2333-2690.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2021

ALEXANDRE ASSUMPÇÃO SALVADOR
Ordenador de Despesas

Id: 2321184

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA SEPM Nº 56 DE 02 DE JUNHO DE 2021

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SAN-
CIONATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O ORDENADOR DE DESPESAS - CORONEL PM - Id Funcional 2151815-7, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, §1º da Lei nº 287/1979 e o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, e

CONSIDERANDO o descrito nos autos do Processo nº SEI-350064/000285/2021, noticiando que a empresa BEMBRAS INTEGRAÇÃO E ENGENHARIA EIRELI, vencedora do Pregão Eletrônico nº 013/2018, que ensejou a assinatura do contrato nº 14/2018, não cumpriu com a cláusula contratual pertinente à garantia das aeronaves não tripuladas ("drones") de modelo DJI Matrice 210 V2RTK e DJI Mavic series. Segundo consta no relatório da comissão fiscalizadora, pelo encarregado Tenente Bruno Pontes Mazarino Campelo, o GAM encaminhou e-mails para a empresa BEMBRAS, incluídos no processo nº SEI 350064/000285/2021 sobre anexo 1 e 2, no qual não obteve resposta. Na data de 24/11/2020 o encarregado enviou o e-mail (ANEXO 1) solicitando informações sobre protocolos normativos referentes a manutenções preventivas e corretivas para o sistema de aeronaves não tripuladas. Na data de 28/12/2020 novamente redigiu um e-mail (ANEXO 2) solicitando assistência técnica de todo sistema, citando demandas de reparos e revisões. Na data de 4 de janeiro de 2021, o sistema do "drone" de modelo DJI Matrice 210 V2RTK (nº de série 17UDG7A013C2JB) reiniciou sem o controle ou comando do operador durante operação, sofrendo uma pane em seu software de controle que provocou a um acidente, necessitando do acionamento da garantia. Em 24/03/2021 a empresa BEMBRAS respondeu os e-mails (ANEXO 8) alegando que os sistemas de equipamentos fornecidos estavam fora do prazo de garantia, entretanto, o Termo de Recebimento Definitivo data 01/06/2020, o prazo de garantia mínimo é de 12 meses a contar da assinatura do TRD, fato que prova que os sistemas ainda estavam em garantia. De imediato, em 25/03/2021 recebeu e-mail (ANEXO - 10) da BEMBRAS informando que o "drone" de modelo DJI Matrice 210 V2RTK (nº de série 17UDG7A013C2JB) foi transportado para o laboratório da DJI em Campinas, no Estado do Rio de Janeiro, para análise, onde informou que o motivo da queda foi falha humana. Envolveu também no e-mail uma empresa chamada GOLDEN DISTRIBUIDORA que até então não havia sido mencionada, onde ela relata em uma carta (ANEXO - 11) que houve "mau uso, imprudência ou imperícia". Ademais, a empresa informou que assim que possível, com previsão para 01/04/2021, a contratada irá retirar o equipamento após 16 dias, contrariando ao disposto no item 7.4 do edital, que preceitua a obrigação de prestar assistência técnica no prazo máximo de 72 horas após a solicitação do cliente, que corresponde a 3 dias úteis, no local onde o(s) bem(ns) estejam(m) aloca-do(s) ou em oficina autorizada quando o conserto assim o exigir. Incidindo, portanto, em infrações administrativas às cláusulas VII e XI do termo de referencia relativo ao contrato nº 14/2018, do Pregão Eletrônico nº. 013/2018, que dispõem, respectivamente, sobre as obrigações da contratada, e das sanções administrativas e garantias. Fato

este que enseja em embaraços a rotina operacional, como a inobservância da regularidade da execução do Contrato.

RESOLVE:

Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 7º da lei nº 10.520/2002; art. 82, §1º da Lei 287/1979; art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito a ampla defesa e não obstante, para apurar ocorrência prima facie de inexecução no processo licitatório, perpetradas pela empresa BEMBRAS INTEGRAÇÃO E ENGENHARIA EIRELI, situada na Avenida Engenheiro Luiz carlos Berrini, nº.1748, sala 24M, Ed. E-office - cidade Moções - município São Paulo, SP - CEP: 04571-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.813.219/0002-03.

Art. 2º - - Designa o CAP PM RG 39.849, Id. Func. 23287071, José Manoel Leal Vieira Pontes, da FAZENDA MARAMBAIA, conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções correlatas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, conforme a modalidade, escolhida pela contratada nos moldes dos incisos I, II e II do art. 56 da lei 8.666.

Art. 6º - Com fulcro nos art. 34 e 48, VIII da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a Contratada, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do processo administrativo nº SEI-350064/000285/2021 estão disponíveis para consulta processual através do endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br/sei/#, o suporte para acesso ao sistema SEI é realizado na Diretoria Geral de Apoio Logístico, situada no endereço da Rua Evaristo da Veiga nº 78, térreo, Centro do Rio de Janeiro, CEP 20031-040, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2333-2690.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2021

ALEXANDRE ASSUMPÇÃO SALVADOR
Ordenador de Despesas

Id: 2321088

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 02.06.2021

PROCESSO Nº SEI-350094/000518/2020 - CONCEDO ao Cap PM RG 52.691 Id. Func. 2198662-2 JOSÉ ROBERTO SOARES E SILVA da DT, 20 (vinte) dias de prorrogação de prazo, a contar da data de publicação, para ultimar os autos da Portaria nº 36/2017.

Id: 2321085

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
DE APOIO LOGÍSTICO DA SEPM

DE 31.05.2021

PROCESSO Nº SEI-350060/001167/2020 - RATIFICO, de acordo com o que estabelece o § 1º do Artigo 82, da Lei Estadual Nº 287/79, em favor da empresa SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ Nº 10.194.062/001-35), no valor de R\$ 7.647.599,38 (sete milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), referente à Aquisição de Estande de Tiro - linha de 100 metros, para atender as necessidades do Comando de Operações Especiais - COE, de acordo com o Art. 25, Inciso I da lei 8.666/93.

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL
DE APOIO LOGÍSTICO DA SEPM

DE 31.05.2021

PROCESSO Nº SEI-350060/001167/2020 - AUTORIZO a despesa, a favor da empresa SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ Nº 10.194.062/001-35), no valor de R\$ 7.647.599,38 (sete milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), referente à Aquisição de Estande de Tiro - linha de 100 metros, para atender as necessidades do Comando de Operações Especiais - COE, de acordo com o Art. 25, Inciso I da lei 8.666/93.

Id: 2320395

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHOS DO DIRETOR GERAL
DE 31.05.2021

PROCESSO Nº SEI-350060/001168/2020 - RATIFICO, de acordo com o que estabelece o § 1º do Artigo 82, da Lei Estadual Nº 287/79, em favor da empresa SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ Nº 10.194.062/001-35), no valor de R\$ R\$ 3.097.349,71 (três milhões e noventa e sete mil e trezentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos), referente à Aquisição de Casa de Tiro com Torre de Rapel Modular, para atender as necessidades do Comando de Operações Especiais - COE, de acordo com o Art. 25, Inciso I da lei 8.666/93.

DE 31.05.2021

PROCESSO Nº SEI-350060/001168/2020 - AUTORIZO a despesa, a favor da empresa SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ Nº 10.194.062/001-35), no valor de R\$ R\$ 3.097.349,71 (três milhões e noventa e sete mil e trezentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos), referente à Aquisição de Casa de Tiro com Torre de Rapel Modular, para atender as necessidades do Comando de Operações Especiais - COE, de acordo com o Art. 25, Inciso I da lei 8.666/93.

Id: 2320861

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

DE 31.05.2021

PROCESSO Nº SEI-350060/001167/2020 - RATIFICO, de acordo com o que estabelece o § 1º do Artigo 82, da Lei Estadual Nº 287/79, em favor da empresa SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ Nº 10.194.062/001-35), no valor de R\$ 7.647.599,38 (sete milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), referente à Aquisição de Estande de Tiro - linha de 100 metros, para atender as necessidades do Comando de Operações Especiais - COE, de acordo com o Art. 25, Inciso I da lei 8.666/93.

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL

DE 31.05.2021

PROCESSO Nº SEI-350060/001167/2020 - AUTORIZO a despesa, a favor da empresa SAFETY WALL DEFESA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ Nº 10.194.062/001-35), no valor de R\$ 7.647.599,38 (sete milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), referente à Aquisição de Estande de Tiro - linha de 100 metros, para atender as necessidades do Comando de Operações Especiais - COE, de acordo com o Art. 25, Inciso I da lei 8.666/93.

Id: 2320864